

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 05/2016 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

----- Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a quinta sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de novembro do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Da Mesa da Assembleia: -----

----- Helena Isabel Mota Afonso Reis, 1.ª Secretária. -----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Pedro Alexandre Afonso de Sousa -----

----- Ilídio Silva Ferreira -----

----- Manuel Morais Ramos -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado-----

----- Fernando da Costa Felix -----

----- José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- Rosa Maria Carvalho dos Santos -----

----- José Manuel Afonso Rodrigues -----

----- Diogo Martins Cardoso -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia de Touro; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceu a reunião o membro, Sr. José Luís Lopes Ramos.-----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Dado que o Sr. José Luís Lopes Ramos, 2.º Secretário não compareceu à sessão, o Sr. Presidente da Assembleia chamou para a mesa o Sr. Pedro Sousa. -----

----- Verificando-se haver quórum, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos como segue: -----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

----- a) Foi dado conhecimento de todo o expediente recebido no período compreendido entre 10 de setembro e 29 de novembro de 2016.-----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”:** -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os membros:

----- O Sr. Amandio Martinho Salvador perguntou ao Sr. Presidenta da Câmara para quando é que se prevê a conclusão dos trabalhos na Rua Central, no Touro. Não compreende porque é que ainda não foram colocadas as pedras em volta das tampas de esgotos. Referiu que aquelas obras já foram iniciadas em maio, o prazo de execução já expirou, e ainda lá há tantos trabalhos para realizar. Disse ainda que, já há muito que foi colocado o tapete na Rua de Santa Ana e que as valetas continuam por fazer.-----

----- O Sr. José Manuel Correia Alves, referiu o seguinte: -----

“Saudações ao presidente da A.M. e mesa, presidente da Câmara e Vereação, membros da A.M. funcionários da C.M. e restantes presentes;

1 - Relativamente ao ciclo urbano da água, gostaria de saber o que é que a Câmara Municipal prevê para o futuro uma vez que urge resolver uma série de situações de forma definitiva e sustentada no Município, nomeadamente a garantia de quantidade e qualidade na água de abastecimento e o tratamento adequado de águas residuais em Vila Nova de Paiva, Alhais e demais freguesias. Tem-se ouvido e lido, na comunicação social, que o Município de Vila Nova de Paiva integrará o sistema multimunicipal de Viseu - Águas de Viseu; pedia um esclarecimento sobre a situação e o "estado da arte", bem como saber se o processo está a ser liderado pela CIM.

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

2 - *Relativamente a um caso concreto, no lugar da Póvoa, gostaria de saber como é que se tem assegurado o tratamento das águas residuais urbanas, uma vez que a ETAR se encontra desmantelada e sem energia elétrica, escorrendo o esgoto diretamente para a linha de água (Rio Covo)?*

3 - *Quanto à eternamente prometida via estruturante IC 26, tão importante para os Municípios do interior norte do Distrito de Viseu, onde indiretamente se inclui Vila Nova de Paiva, mas também é tão necessária remodelação da ligação de Satão a Viseu e do IP3 entre Viseu e Coimbra, gostava de conhecer a posição da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva e se já a manifestou junto do actual Governo.”*

----- O Sr. Manuel Morais Ramos, proferiu o seguinte: -----

“ Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. membros deste órgão autárquico, Sr. Presidenta da Câmara, minhas senhoras e meus senhores.

Já que me é dada esta oportunidade queria saber Sr. Presidenta da Câmara, se a água que é fornecida à população dos Borralhais é captada nalguma nascente à superfície e se assim for, a pequena casa onde está o reservatório da água está sem porta.

Também não será demais Sr. Presidente se eu lhe falar um pouco das ruas em Vila Cova à Coelheira, mas citaria apenas a do Mosteiro que já foi requalificada e a meu ver está muito melhor e por isso o meu bem haja, não deixando no entanto de lembrar V.ª Ex.ª que muito há para fazer nas ruas em Vila Cova à Coelheira, estou seguro que outras irão ser melhoradas num futuro próximo. Muito obrigado.”

----- O Sr. Fernando Costa Félix referiu o seguinte:-----

“Sr. Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Caros Colegas Deputados e demais pessoas presentes, permitam-me que neste período antes da ordem do dia aborde algumas questões que julgo de interesse municipal:

Início esta minha intervenção retomando um assunto ligeiramente aflorado por alguns de nós aquando do final da anterior reunião desta Assembleia Municipal, após a Sr.ª Vereadora enunciar que se iria realizar também este ano o “Passeio do Idoso”. É do conhecimento geral que se trata de uma iniciativa realizada anualmente por muitos Municípios deste País, e que neste Município já se realiza também há uns anos a esta parte. Pelo que sei o passeio realizado este ano à Quinta da Malafaia correu felizmente bem, e o mesmo terá custado individualmente aos cidadãos participantes, atento o que consta da ata da Reunião de Câmara de 16 de setembro de 2016, um “preço por pessoa de cinco euros” e incluiu “o transporte, almoço, lanche e animação na referida quinta”. Conforme já referi o passeio correu felizmente bem,

mas visando permitir o conhecimento por todos nós da adesão e respetivos custos, permitam-me que questione agora quantos munícipes participaram nesta atividade e qual o custo global que o Município suportou com a mesma.

Relativamente ao encerramento das atividades de ATL por parte da Casa do Povo de Vila Nova de Paiva, que motivou um abaixo-assinado por parte dos cidadãos, pergunto também ao Sr. Presidente da Câmara qual o estado atual de tal processo, até porque conforme consta da ata da Reunião de Câmara de 04-11-2016 o executivo tomou conhecimento e ficou em desencadear “as medidas necessárias para salvaguarda do prolongamento de horário dos alunos do 1.º CEB de Vila Nova de Paiva”.

Por último e tendo por base uma notícia publicada no site da Câmara Municipal de Mangualde falo novamente aqui do estado de abandono do projeto de recuperação das Minas de Queiriga. Isto porque, segundo a referida notícia, no passado dia 7 de outubro “a Câmara Municipal de Mangualde assinou um conjunto de protocolos que visam a valorização das minas já recuperadas, pela Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM), no concelho. Ficando o compromisso de ainda serem investidos mais de 14 milhões de euros na recuperação ambiental das minas abandonadas”. Os protocolos foram assinados pelo Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, o Presidente da Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM), e o Secretário de Estado da Energia, tendo o Presidente da Câmara de Mangualde aproveitado a oportunidade para pedir ao Secretário de Estado da Energia “o carinho necessário, para que seja possível colocar em Mangualde a rota do turismo mineiro”; e o Presidente da Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM) terá referido que os protocolos assinados “refletem uma nova abordagem da EDM em relação à utilização destes espaços”.

Assim e dado o estado de abandono do projeto de recuperação das Minas de Queiriga, projeto esse também da responsabilidade da referida EDM, deixo aqui um alerta ao executivo municipal no sentido de se tentar aproveitar esta nova abordagem e diligenciar pela valorização definitiva daquele espaço mineiro, atento o seu inegável interesse ambiental e turístico.”

*----- O Sr. António Coelho colocou as seguintes questões: -----
” - Qual o critério do executivo camarário para a limpeza de matas florestais particulares;
- A implementação da fibra óptica no concelho. A emigração teve alguma influência na selecção das freguesias ?”*

Ata N.º 05/2016	
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- O Sr. Presidente da Câmara, antes de responder às questões e dúvidas apresentadas pelos Srs. membros da Assembleia, começou por transmitir à Assembleia Municipal de que saiu ontem a ata da leitura da decisão instrutória sobre o processo de inquérito no qual estava acusado de abuso de poder. Depois de analisado todos os factos a Sr.ª Dr.ª Juíza não denotou quaisquer indícios de ilegalidade e muito menos de qualquer crime de que o Presidente da Câmara tenha tido na sua atuação. Que o arguido atuasse com o propósito de beneficiar ilegítimamente a autarquia em prejuízo da Sr.ª Anabela Vinagre e que tenha utilizados os seu poderes para finalidades estranhas e contrárias às permitidas por lei e sempre no interesse público. Decidiu então a Sr.ª Juíza não pronunciar o arguido José Morgado Ribeiro, arquivando o processo.

Relativamente às questões colocadas nas intervenções dos Sr. membros assembleia, o Sr. Presidente estranhou as questões colocadas pelo Sr. Amândio Salvador, tanto mais que existe um acordo tácito entre as duas autarquias Câmara Municipal e Junta de Freguesia para execução das obras na Rua Central no Touro. Aquela obra ainda não está fechada porque existem alguns defeitos e um conjunto de trabalhos por executar. A Câmara Municipal já comunicou ao empreiteiro que não se fará mais nenhum auto de medição, nem se lhe pagará mais nada enquanto ele não acertar das pedras envolventes às de esgotos.

Quanto à Rua de Santa Ana, informou que já lá estão os materiais para a execução das bermas e que em principio na próxima 2.ª feira se irão iniciar os trabalhos de calcetamento para fecho da obra.

As obras da rotunda do cruzamento da Estrada de S. João de Tarouca/Cerdeira, para a qual foi necessário, encetar negociações com os proprietários das parcelas necessárias à sua execução, nas quais o Sr. Amândio também participou. Informou ainda que a obra já foi consignada e será executada no prazo previsto que é de noventa dias.

Quanto às questões levantadas pelo Sr. José Manuel Correia Alves, o Sr. Presidente informou que, ao contrário do anterior, o atual Executivo camarário não manifestou qualquer interesse na adesão ao sistema multimunicipal de abastecimento de água da ATMAD – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. O único protocolo que existe é entre alguns dos município da CIM, como Sátão, Viseu, Mangualde, Penalva, Nelas, S. Pedro do Sul, Vouzela e Vila Nova de Paiva, e destina-se à elaboração de estudo para uma futura construção da chamada barragem da Maeira, que vai desde a Quinta das Maeiras até à Lousadela, para no futuro poder ser feito o abastecimento de

água. Quando houver fundos Comunitários para a elaboração de todo o projeto de reserva estratégica de água e também de produção hidroelétrica.

Relativamente à ETAR da Póvoa, o Sr. Presidente referiu que iria verificar o que se passa, a autarquia tem estado sempre atenta aos problemas ambientais.

Aproveitou para informar que a obra de remodelação da ETAR de Vilas Nova de Paiva, já está consignada, e que já foram apresentadas candidaturas dos projetos de base para a construção das ETAR's de Pendilhe, Vila Cova à Coelheira e Touro.

Quanto ao sistema das acessibilidades, as autarquias de Viseu, Sátão e Vila Nova de Paiva têm feito pressão junto da Administração Central, porque além das questões de segurança, torna o território menos competitivo na economia regional.

Relativamente às preocupações apresentadas pelo Sr. Manuel Ramos, O Sr. Presidente referiu que irá mandar verificar o que se passa com o depósito de água de Borralhais. Esclareceu também que a captação de água que abastece aquela povoação, não é superficial mas sim por furo.

Quanto à referência às ruas de Vila Cova à Coelheira, o Sr. presidente mostrou-se satisfeito pelo reconhecimento do trabalho realizado na rua e no largo do Mosteiro e informou que outras rua serão sujeitas a requalificações profundas no próximo ano, dando como exemplo a Av. D. Afonso Henriques e o arruamento do Lugar de Cima.

Em resposta à intervenção do Sr. Fernando Félix, relativamente ao fecho da Casa do Povo, que não tinha condições para prestar o serviço de ATL. O Sr. Presidente informou que, logo que a Câmara tomou conhecimento da situação garantiu o alargamento do horário na EB1 de Vila Nova de Paiva às crianças que necessitam daqueles serviços.

Quanto ao passeio sénior, o Sr. Presidente informou que participaram quatrocentas pessoas, que contribuíram com cinco euros cada, e que a Câmara Municipal comparticipou em sete euros por pessoa. Informou ainda que o transporte foi fornecido gratuitamente pela firma que executa os transportes escolares na área do concelho de Vila Nova de Paiva.

Relativamente à questão das minas do Rebentão, na Lousadela, o Sr. Presidente informou que havia, em tempos, um protocolo tripartido, cujos intervenientes eram a EDM, a Felmica e a Câmara Municipal. A EDM era a dona da obra, e a Felmica a concessionária, dos mais de quatrocentos mil euros gastaram duzentos e setenta mil euros, fizeram algumas valências e no fim quiseram entregar aquilo à Câmara Municipal, sendo que o caderno de encargos teria de ser suportado pela Câmara de Vila Nova de Paiva, quer a nível de custos a nível de segurança, custos elétricos, custo de pessoal (guarda noturno), manutenção e muitos outros. A Câmara municipal

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

entendeu que não devia assinar o protocolo de entrega, porque gastaram o dinheiro, não fizeram as obras projetadas, e o que efetivamente eles queriam era libertarem-se de responsabilidades.

O Sr. Presidente admite existir naquelas minas potencialidades turísticas, mas numa outra estrutura e num outro modelo de gestão.

Quanto à questão levantada pelo Sr. António Coelho, a propósito da limpeza das matas referiu que as faixas limpas foram contempladas em vários projetos de mosaicos de gestão de combustíveis em perímetro florestal, identificadas pelo ICNF, no âmbito da defesa da floresta contra incêndios e financiados a 100% no âmbito do PRODER.

A fibra ótica do concelho, foi um projeto de 2010, financiado em 50%, cujos requisitos de elegibilidade davam preferência à área, população, comércio, empresas, serviços e edifícios públicos. Mais informou, o Sr. Presidente que, a Câmara pretende implementar, pelo menos nos centros históricos das freguesias, Internet livre e acessível a todos, via Wireless, através de protocolo a celebrar com o Turismo do Centro.

----- Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Deputado Fernando Félix pediu novamente a palavra e, tendo-lhe sido concedida, no seu uso disse ainda o seguinte: -----

“Na sequência das preocupações ambientais referidas agora pelo Sr. Presidente da Câmara permitam-me que também refira aqui um assunto relacionado com o ambiente. Há dias algumas pessoas da Queiriga disseram-me que numa árvore localizada na zona da Cela se encontra um ninho que aparentemente, pela descrição das suas características, será de vespas asiáticas. Como se trata de uma espécie invasora proveniente da Ásia, que põe em perigo o nosso meio ambiente, em especial a sobrevivência das abelhas autóctones; e que se tem difundido nos últimos anos a partir do Norte do País, deixo aqui a sugestão, mesmo sabendo que as autoridades públicas de proteção civil apenas serão responsáveis pela eliminação de ninhos desta espécie existentes em espaços públicos, para que o executivo procure confirmar tal existência, podendo para o efeito recorrer ao Sr. João Grilo o qual estará certamente disponível para indicar o local, e, em caso afirmativo, diligencie para que os serviços de proteção civil municipais providenciem pela sua eliminação.”

----- Terminadas as intervenções, passou-se à análise da ordem de trabalhos, como segue:-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **a) Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Assembleia Municipal do dia 09 de setembro do ano de 2016**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia e não tendo havida inscrições, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião de nove de setembro do ano de dois mil e dezasseis -----

----- Não participaram na votação da ata os membros Srs. Amândio Salvador e José Manuel Rodrigues, dado não terem estado presentes naquela reunião. -----

----- **b) 5.ª Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do exercício de 2016** - Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 18 de novembro de 2016 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a 5.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, que aqui se dá por reproduzida e fica a fazer parte integrante da presente ata, cuja cópia vai ficar arquivada na pasta anexa ao livro de atas das reuniões da Assembleia Municipal.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara explicou os motivos que deram origem a esta revisão.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia e não tendo havido inscrições, o Sr. Presidente da Mesa colocou a 5.ª Revisão às GOP e Orçamento a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com cinco abstenções dos membros Srs. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Rosa Cristina Alves Pinto, Paula Cristina Sá Nascimento e Rosa Maria Santos, aprovar a 5.ª Revisão às GOP e Orçamento para 2016.-----

----- **c) Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Fixação da taxa de IMI dos prédios urbanos para vigorar em 2017** – Proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 04 de novembro de 2016.-----

----- Foi presente à reunião a proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara do dia 4 de novembro, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. O art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (doravante CIMI), aprovado no Anexo I ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, na redação atual, estabelece o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, que atualmente, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do referido art.º 112.º, variam de 0,3% a 0,45%.

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

2. Nos termos da alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do referido art.º 112.º, em conjugação com a alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios, por deliberação da assembleia municipal sob proposta da câmara municipal, definem anualmente o valor das taxas do IMI aplicáveis aos prédios urbanos para vigorarem no ano seguinte, de entre os limites acima referidos, podendo as taxas ser fixadas por freguesia.

3. O designado “IMI Familiar” nos termos criados pelo n.º 13 do art.º 112.º do CIMI, aditado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), que vigorava desde 1 de janeiro de 2015, e adotado neste Município para o ano económico em curso, foi expressamente revogado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento do Estado para 2016).

4. Através do art.º 112.º-A do CIMI aditado pela referida Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, aquele “IMI Familiar” foi reconfigurado, passando a dispor-se nos n.ºs 1, 4 e 5 do referido artigo 112.º-A, conjugado com a alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º do RJAL, que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, podem fixar reduções ao IMI que vigorar para o ano a que respeita o imposto, a aplicar a prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no art.º 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, nos seguintes termos: uma dedução fixa no valor de € 20,00, no caso de um dependente a cargo, uma dedução fixa de € 40,00, no caso de dois dependentes a cargo, e uma dedução fixa de € 70,00, havendo três ou mais dependentes a cargo.

5. De acordo com o disposto no n.º 6 do art.º 112.º-A do CIMI, em 13 de setembro a Autoridade Tributária e Aduaneira (doravante AT) comunicou por correio eletrónico o número de agregados familiares com um, dois e três ou mais dependentes, com domicílio fiscal em prédio destinado a habitação própria e permanente situado na área territorial deste Município (estimados com base na Declaração Modelo 3 de IRS de 2015), e ainda a informação relativa ao Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos prédios em causa, desagregado por número de dependentes, bem como a coleta correspondente, com referência ao ano de 2015, que tem em consideração as isenções de IMI vigentes em 2015 bem como a redução de taxa então prevista no n.º 13 do art.º 112.º do CIMI comunicada por este Município à AT. A informação transmitida foi a seguinte:

<i>Número de dependentes a cargo</i>	<i>Número de agregados familiares</i>	<i>Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos prédios</i>	<i>Coleta de IMI de 2015</i>
<i>1</i>	<i>159</i>	<i>€ 8.987.976,33</i>	<i>€ 16.858,55</i>
<i>2</i>	<i>159</i>	<i>€ 10.080.404,89</i>	<i>€ 19.657,14</i>
<i>3 ou mais</i>	<i>17</i>	<i>785.763,69</i>	<i>€ 889,82</i>

6. Na sua origem, a criação do “IMI Familiar” pretendeu, por um lado, atenuar a redução dos rendimentos das famílias, e, por outro lado, combater uma crise demográfica grave decorrente da muito baixa taxa natalidade, pelo que se julga ser de continuar a manter a redução do IMI dos prédios urbanos de sujeitos passivos com dependentes a cargo, agora nos termos do n.º 1 do art.º 112.º-A do CIMI.

7. De acordo com o n.º 14 do art.º 112.º do CIMI, as deliberações da assembleia municipal devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se as taxas mínimas referidas na alínea c) do n.º 1 artigo 112.º, caso as comunicações não sejam recebidas até 30 de Novembro.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibere submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do art.º 25.º, do mesmo regime, a seguinte proposta:

a) Fixação da taxa do IMI para vigorar na área do Município de Vila Nova de Paiva no ano de 2017, pela taxa mínima prevista na alínea c), do n.º 1, do art.º 112.º do CIMI, ou seja, a taxa de 0,3%.

b) Fixar as seguintes deduções fixas do IMI para vigorar no ano de 2017, ao abrigo e nos termos do n.º 1 do art.º 112.º-A do CIMI, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a aplicar a prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal, atendendo ao número de dependentes:

- Dedução fixa do IMI em € 20,00, no caso de um dependente a cargo;
- Dedução fixa do IMI em € 40,00, no caso de dois dependentes a cargo; e
- Dedução fixa do IMI em € 70,00, no caso de três ou mais dependentes a cargo.”

----- Não tendo havido inscrições para intervir neste ponto da ordem do dia, o Sr. Presidenta da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta da Câmara Municipal acima transcrita.-----

----- **d) Criação de medidas excecionais de estímulo ao desenvolvimento das atividades económicas, ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, para o ano de 2017, no âmbito das operações urbanísticas**– Proposta datada de 31 de outubro, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 04 de novembro de 2016. -----

----- Foi presente à reunião a proposta aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 04 de novembro, do seguinte teor integral:-----

“Considerando que:

1. Por forma a apoiar o desenvolvimento das atividades económicas, o consumo privado e o investimento dos agentes económicos no âmbito das operações urbanísticas, desde 2013 que este Município criou medidas excecionais de estímulo que se traduzem na redução, para metade, do valor das taxas urbanísticas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 243, de 17 de dezembro de 2010, com as alterações que lhe foram introduzidas, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, e na redução para 10% do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º do mesmo Regulamento, que têm vindo a ser renovadas anualmente por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

2. Para o ano de 2016 aquelas medidas foram renovadas por deliberação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, tomada na sessão ordinária que teve lugar no dia 27 de novembro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária realizada no dia 6 de novembro de 2015, publicada através do Edital n.º 1.126/2015 na 2.ª Série do Diário da República n.º 244, de 15 de dezembro de 2015, em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

3. Em 31 de dezembro de 2016 caducam aquelas medidas excecionais, cuja despesa fiscal no ano em curso se estima no montante aproximado de vinte mil euros, o que equivale a uma poupança de idêntico valor para os agentes económicos.

4. Importa ainda no contexto da atual conjuntura socioeconómica, e ao nível da economia local, equacionar a renovação de tais medidas excecionais, por forma a continuar a dar algum estímulo ao consumo privado e ao investimento dos agentes económicos, bem como ao desenvolvimento das atividades económicas.

5. A Assembleia Municipal é o órgão com competência regulamentar para a criação de taxas municipais, bem como para a fixação dos respetivos quantitativos, como estipula o n.º 1 do art.º 8.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, conjugado

com alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º do atual regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competindo à Câmara Municipal a elaboração e submissão das mesma à aprovação daquele órgão deliberativo como estabelece a alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do mesmo regime.

Nesta conformidade, ao abrigo do disposto nos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta, para submissão à apreciação da Assembleia Municipal ao abrigo alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º da mesma lei, nos termos que se seguem:

1.º) Autorizar a redução para dez por cento, do agravamento de taxas a que se refere o n.º 2 do art.º 31.º do Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a aplicar nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2017, e durante todo este ano.

2.º) Autorizar a redução, para metade, do valor das taxas constantes do Anexo II (Tabela de Taxas Urbanísticas) ao Regulamento n.º 890/2010, à exceção das taxas previstas nos capítulos I e XXII, a aplicar nos processos de operações urbanísticas requeridos a partir de 1 de janeiro de 2017, e durante todo este ano.”

----- Não tendo havido inscrições para intervir neste ponto da ordem do dia, o Sr. Presidenta da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada e acima transcrita.-----

----- **e) Autorização prévia genérica de assunção de compromissos plurianuais para o ano de 2017 no âmbito da LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 28 de outubro, aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 04 de novembro de 2016 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 4 de novembro, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) De acordo com o disposto no n.º 1, conjugado com o n.º 6, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Público (CCP), a abertura de procedimento relativo a despesas que deem

Ata N.º 05/2016	
Livro N.º	Folha N.º
6	

lugar a encargos plurianuais, isto é, a encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de bens e serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

i) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, como é o caso das Grandes Opções do Plano (GOP) nos Municípios; ou

ii) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 (20.000 contos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

b) Acontece, porém, que a alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, designada por Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (doravante LCPA), estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita aos municípios, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

c) Por sua vez, o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, que regulamenta a citada LCPA, vem dispor, no que diz respeito aos municípios, que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pela Assembleia Municipal poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP), excetuando-se os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa.

d) Como por força do art.º 13.º da LCPA, o disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da mesma LCPA, prevalece sobre o referido n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para o ano de 2017 há necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no n.º 1 daquele art.º 22.º.

Assim, face ao exposto, e por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as demais entidades do setor público administrativo, sendo um procedimento já adotado neste Município nos exercícios transatos, tenho a honra de propor que a Câmara

Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem:

1.º – Para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, que seja dada autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano (GOP) em vigor; ou

b) Os seus encargos não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

2.º – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá ter lugar quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na LCPA, e respetiva regulamentação aprovada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

3.º – A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, dentro dos limites legais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 que antecede, até ao montante permitido por lei no âmbito do regime de contratação pública.

4.º – O regime de autorização prévia ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.ºs 1 e 2 que antecedem a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2017.

5.º – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser apresentada pelo Presidente da Câmara informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

6.º – A presente deliberação deverá ser submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da LCPA, e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.”

----- Não tendo havido inscrições para intervir neste ponto da ordem do dia, o Sr. Presidenta da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada e acima transcrita.-----

----- **f) Grandes Opções do Plano e orçamento para o ano financeiro de 2017–** Aprovados em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 28 de outubro de 2016 – Apreciação e votação.-----

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

----- Foi presente à reunião a proposta aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 28 de outubro, acompanhada das GOP e Orçamento para 2017, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (doravante RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas.

De acordo com o n.º 1 do art.º 45.º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (doravante RFALEI) aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 6 de setembro, a câmara municipal tem que apresentar à assembleia municipal, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte, devendo incluir os elementos referidos no art.º 46.º do mesmo regime.

O n.º 1 do art.º 44.º do referido RFALEI prevê ainda que as câmaras municipais apresentem às respetivas assembleias municipais uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, designado de “Quadro Plurianual Municipal” (doravante QPM), em simultâneo com a proposta de orçamento municipal, em articulação com as Grandes Opções do Plano (GOP), cujos limites são vinculativos para o ano seguinte ao exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, sendo atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes, no orçamento municipal.

Contudo o referido QPM carece de regulamentação conforme estabelecido no art.º 47.º do mesmo RFALEI, que deveria ter sido aprovada até 120 dias após a sua publicação (ou seja, até 3 de janeiro de 2014), não tendo sido publicada até à data tal regulamentação, pelo que não é apresentado o referido QPM com o presente Orçamento Municipal, dado não estarem tipificados os documentos e conteúdos do mesmo.

De salientar que paralelamente à publicação da nova Lei do Enquadramento Orçamental aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, foi publicada a Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova no seu Anexo I o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designado de SNC – AP, com entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2017, e que revoga, entre outros planos setoriais, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (doravante POCAL) aprovado pelo Decreto -Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1,

relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

O presente Orçamento Municipal de 2017, conforme indicações da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) ainda será elaborado em POCAL, considerando que é esse o referencial contabilístico que ainda se encontra em vigor. A partir de 1 de janeiro de 2017 haverá um ajustamento em sede de execução para os modelos de reporte previstos no SNC-AP, oportunamente a divulgar por aquela direção geral.

Na elaboração da proposta do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano (GOP) para o exercício de 2017, foram tidas em consideração as transferências do Estado previstas no Mapa XIX da Lei do Orçamento do Estado para 2016 aprovada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

Apesar dos constrangimentos financeiros que ainda se fazem sentir na atual conjuntura económica, o Município continuará a prosseguir as suas atribuições, definindo as prioridades que entenda relevantes para o futuro das suas populações, acautelando os meios de que dispõe e procurando ativamente outras fontes de financiamento, nacionais e comunitárias.

O Orçamento Municipal proposto importa quer do lado da receita quer do lado da despesa em € 10.066.128,00.

No âmbito dos investimentos a realizar previstos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) integrado nas Grandes Opções do Plano (GOP), muito irá depender da capacidade do Município se cofinanciar, nomeadamente através da captação de fundos nacionais e comunitários, quer ainda no âmbito dos fundos estruturais no âmbito do novo quadro de apoio comunitário Portugal 2020.

De referir que de acordo com o n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 243, de 17 de Dezembro de 2010, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada com base na aplicação de um percentual sobre a fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, é aprovada anualmente pelo Município até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência.

Por sua vez, o n.º 1 do art.º 8.º do mesmo Regulamento n.º 890/2010 dispõe que os valores das taxas municipais previstas na Tabela de Taxas, anexa ao referido Regulamento, podem ser atualizados em sede de orçamento anual de acordo com a taxa de inflação, utilizando-se para o efeito a taxa de variação média dos últimos doze meses do Índice de Preços no Consumidor (IPC), exceto habitação, publicado pelo

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

Instituto Nacional de Estatística, com referência ao mês imediatamente anterior ao da elaboração do Orçamento Municipal.

Face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:

a) Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais (RJAL) aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro aprovar, em proposta, as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Municipal para o ano de 2017, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal;

b) Ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o exercício de 2017;

c) Ao abrigo do n.º 1 do art.º 8.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município, aprovados pelo Regulamento n.º 890/2010, manter, para o exercício de 2017, o valor das demais taxas municipais, atendendo à atual conjuntura económica que ainda continua a afetar as famílias e as empresas.”

----- O Sr. Presidente da Câmara, fez uma análise detalhada às GOP e ao Orçamento, tendo justificado ponto por ponto as opções inscritas e justificando a forma de financiamento a obter e algum já garantido. Referiu que neste Plano e orçamento está vertido um novo paradigma que se deve às opções do Quadro Comunitário 2020, e que o Município tem de estar preparado com projetos e atendo para em tempo oportuno os poder candidatar e aproveitar da melhor forma os financiamentos .-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

----- O Sr. António Coelho referiu o seguinte: -----

“Senhor Presidente, gostava de estar aqui, hoje, a votar um orçamento participativo, é pena ainda este não ser uma realidade.

Também não encontrei no orçamento nenhuma rubrica referente ao cadastro predial, com a respectiva georeferenciação.

Em concelhos próximos, de outro distritos, este projecto já foi implementado. Para quando no nosso concelho?”

----- O Sr. José Rodrigues fez a seguinte apreciação sobre os documentos de gestão em apreço: -----

“Análise das rubricas que mais influenciam os valores do Orçamento:

O crescimento do valor orçamentado face a 2016 é de 223.336 euros, cifra-se numa variação de 2,26%.

As receitas de capital previstas são de 4.390.460 € e as despesas de capital são de 5.303.458 €. Existe um diferencial de -905.402€ que pelas regras de equilíbrio financeiro não está justificado. Será compensado entrada de valores de investimento já efetuados? Não existe, portanto, um equilíbrio orçamental nas Receitas/Despesas de Capital.

Nas Grandes Opções do Plano para 2017, destaco as seguintes perspetivas de investimento:

Na área da Educação:

- Prevista a verba para o Parque Escolar com Requalificação da Escola EB1 de Vila Nova de Paiva e Pré escolar – 682.000 €.

No âmbito do ARU – 1.ª Fase:

- Intervenção na Rua Padre José Sá Marques – 200.000 €

No âmbito do PARU – Revitalização Urbana:

- Reordenamento com requalificação do Campo da Restauração, Jardim do Ramalhal e Avenida Aquilino Ribeiro, estão previstos até 2020 os seguintes montantes: 350.000 € para o ano de 2017, 329.119 € para 2018, 220.000 € para 2019 e 480.00 € para 2020.

Está prevista uma verba para a instalação da loja do Cidadão de 200.000€.

A Biblioteca Municipal, que acumula um investimento de 963.000€ até ao momento, tem reservado/ previsto mais 210.000€ para 2017. Finalidade: execução de obras de construção civil, mobiliário e equipamento, fundos documentais e equipamento informático.

Questão: Para quando o fim da obra? Em meu entender foi o investimento/decisão política mais negativa das últimas décadas no Concelho de Vila Nova de Paiva.

Para aquisição de imóveis de interesse municipal para instalação de serviços estão previstas as seguintes verbas – 100.000 € para 2017, 100.000€ para 2018 e 150.000€ para 2019. Será aquisição da Casa das Caldeirinhas?

- Remodelação do Quartel da GNR – estão previstos 100.00 € para 2017 e 150.000 € para 2018.

- Saneamento com a remodelação da ETAR de Vila Nova de Paiva, Cerdeira, Vila Cova à Coelheira, Touro e Pendilhe – 1.352.000 €

- Para a requalificação de várias áreas no concelho está orçamentada uma verba de 1.457.000 €, onde está incluída a execução da ETAR, referida no ponto anterior.

- Apoio a Associações no âmbito do desporto e lazer - 222.200 €

Função Turismo:

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

- Apesar de todo o investimento já realizado na construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva, no valor de 911.00 €, parece-me que terá que existir uma preocupação adicional sobre as praias e zonas adjacentes e envolventes, com o objetivo de melhorar as condições do Rio que não tem evidenciado condições para a utilização da zona como praia fluvial (falta de água é um exemplo). A verba orçamentada para 2017, é de € 10.153 €, o que me parece pouco para melhorar a atividade do espaço.

Divida Autárquica:

Realizada: 3.873.714 €

Amortizações a realizar em 2017 – 576.150 €

Total: 715.493 € (amortizações e juros)

Verifica-se e manter-se-á em 2017, uma consolidação do endividamento. Permanente redução do endividamento ao longo do mandato deste Executivo.

Pela análise do orçamento, constato que não foi incluída/viabilizada a sugestão da implementação do Orçamento Participativo apresentada na reunião desta Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2015.

O Orçamento participativo é um instrumento que pode ser incluído no Orçamento Geral, que permite entre outros o seguinte:

- Dar oportunidade aos cidadãos de escolherem projetos apresentados pela comunidade;*
- Propostas várias apresentadas para o território e decidir em comunidade aquelas que devem ser implantadas.*

Consequências:

- 1 - Fortalecimento da democracia;*
- 2 - Maior confiança na gestão do Poder Local;*
- 3 - Aproximação dos cidadãos aos eleitos e vice-versa;*

Parece-me que se perdeu a oportunidade de pela 1.ª vez, implementar no Município um programa que permitiria o referido anteriormente, bem como a abertura das estruturas do município à população.

Estas estruturas continuam a manter-se demasiado herméticas, com métodos de trabalho estanques sem qualquer inovação e aproximação com a realidade.

Poderá ser equacionada uma alteração orçamental este ano ou durante o início de 2017 que permita incluir verbas destinadas ao Orçamento Participativo? Deixo a questão ao Sr. Presidente da Câmara.

Face ao exposto, pode-se aferir o seguinte:

O Orçamento do Município atinge um valor de 10.066.128€. Face ao ano anterior, o documento regista um acréscimo de 223.000€, o que corresponde a um aumento de 2,26%.

Regista-se um aumento de 1.757.000€ em despesas de investimento, face a 2016, que tem subjacente, investimentos estruturantes (ETAR's e Remodelação da Escola EB1 e intervenções em outras construções e infraestruturas).

No que concerne às Receitas Correntes, verifica-se um decréscimo das transferências correntes de 5.048.000€ para 4.285.000€, com o fundo de equilíbrio financeiro a transferir 3.296.000€.

Redução dos encargos com pessoal de 2.692.000€ para 2.507.000€, decorrente da redução do pessoal do Município.

Em termos de Despesas/Receitas de Capital (Investimento financeiro/despesas de investimento), verifica-se um acréscimo substancial passando de 2.684.000€ em 2016, para 4.395.000 € em 2017, verificando-se assim um acréscimo de 1.711.000 €, indiciando uma maior dinâmica na área dos investimentos, resultante da implementação e utilização previsível pelas verbas constantes no programa comunitário 2020 – ou seja, com recurso a fundos comunitários do Fundo de Equilíbrio Financeiro – 382.000€ (Estado) e da participação Comunitária – projetos cofinanciados – 3.991.00 € .

O Presente Orçamento tem uma ênfase evidente nas áreas da educação e na cultura (682.000€), no desenvolvimento social (1.352.000€ para Estações de tratamento e águas residuais e 1.127.000€ para arruamentos e obras complementares)

No que concerne ao desenvolvimento económico do concelho, não existem medidas expressas em números e evidentes no orçamento e GOP que permitem aferir da maior dinâmica das atividades económicas, não considerando as medidas de redução de taxas no território através de Regulamento.

O Fomento de empreendedorismo e a instalação de negócios no concelho não são referidos/aferidos por medidas quantitativas expressas em rubricas do Orçamento, mas através da gestão e atuação do Executivo ao longo do ano, no sentido de angariar/ facilitar a instalação de novas empresas/negócios, através da implementação e/ou dinamização duma diplomacia de negócios junto dos atuais e futuros agentes económicos.

Relativamente à área financeira parece-me que o município apresenta/evidencia uma evolução favorável constatando-se uma dívida cada vez

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

menor e bem gerida ao longo do mandato, prevendo-se a manutenção desta política em 2017.

Por tudo isto, parece-me ser um Orçamento equilibrado, mantendo valores orçamentados direcionados para a estratégia que o Executivo traça para o Município.

Volto a realçar a falta de inclusão do processo de implementação do Orçamento Participativo, ao qual dou relevo, face ao já referido. O processo orçamental com inclusão do Orçamento Participativo evidenciaria um novo enquadramento e dinâmicas com a participação da sociedade Civil, ainda que com valores reduzidos reservados para o efeito (5% a 10% do total do Orçamentado para 2017). ”

----- O Sr. Fernando Félix no uso da palavra disse o seguinte: -----

“Relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento Financeiro para o ano de 2017 permitam-me que, depois da exposição efetuada pelo Sr. Presidente da Câmara, procure obter alguns esclarecimentos sobre determinados pontos.

No âmbito dos investimentos, conforme o próprio texto do orçamento refere, “muito irá depender da capacidade do Município se co-financiar”, atenta a dependência de transferências intergovernamentais característica dos orçamentos deste Município e os da generalidade dos Municípios do interior do país.

Relativamente à rubrica “Venda de bens de investimento” penso que o valor de € 19.370,00 indicado no Resumo do Orçamento ainda não inclui a receita que irá resultar do processo de venda em hasta pública de vários imóveis municipais, edifícios escolares desativados, recentemente aprovado.

No que diz respeito às Grandes Opções do Plano e tendo por base as informações e valores constantes da página 3/16 pergunto o que preveem fazer quanto ao Centro de Ciência Viva do Demo, a Requalificação da antiga Escola Primária da Queiriga e a Unidade de Saúde Móvel de Vila Nova de Paiva. O executivo pensa reabilitar a Unidade de Saúde Móvel?

Relativamente a um outro bem oriundo do projeto “Progride”, nomeadamente o imóvel denominado “Centro Cívico”, confessando aqui o meu desconhecimento quanto à propriedade de tal edifício, que contudo julgo ser do Município, questiono qual o uso/destino que perspetivam dar-lhe no futuro. Esta questão de uso/destino de tal edifício leva-me a falar aqui do património municipal, sendo que nesta reunião já ficou a ideia que o Executivo pondera adquirir a “Casa das Caldeirinhas”, questionando eu para quando se perspetiva a respetiva compra. A aquisição deste imóvel, e a venda em hasta pública dos edifícios atrás referidos, leva-me a refletir sobre a gestão do património municipal, o qual inclui o edifício do referido “Centro

Cívico”, que necessita que lhe deem uso, e o edifício da Biblioteca, que está por acabar, e segundo se depreende do Orçamento e Grandes Opções do Plano, estará a ser recondicionado para um “Espaço Cidadão” e/ou “Loja do Cidadão”.

Quanto a este recondicionamento da Biblioteca permitam-me várias questões. Penso que no âmbito dos “Espaços do Cidadão” e das “Lojas do Cidadão”, ainda existe um movimento, resultante do programa “Aproximar”, que, no fundo, passa pela utilização ou reconfiguração para esses fins das Lojas dos CTT’s. Julgo ter visto, em notícias de finais de 2015, que foram lançados serviços das Lojas do Cidadão em vários espaços dos CTT’s, sendo que uma dessas notícias até referia o Sátão. E, numa pesquisa efetuada recentemente na Internet, apareceu-me a descrição do Espaço do Cidadão de Vouzela, o qual já está a funcionar.

Nesse sentido, e depois de analisar as verbas destinadas para a instalação da “Loja do Cidadão” no edifício destinado à Biblioteca, eu, que até fui utente da antiga Biblioteca de Vila Nova de Paiva, entrei na página da A.M.A. (Agência para a Modernização Administrativa) e tentei inteirar-me sobre esta questão da biblioteca, a qual se arrasta há anos. Ponderando a capacidade do edifício construído, que eu lamentavelmente ainda não conheço e acho que seria oportuno todos visitarmos, mas acreditando nas potencialidades de uma Biblioteca, entrei na página da A.M.A. e apercebi-me da existência de duas bases de dados no que concerne a bibliotecas, uma que identificava as bibliotecas da rede nacional de bibliotecas públicas e uma outra que incluía estas e outras que são consideradas municipais. Posso dizer que na primeira listagem, das bibliotecas que preenchem os requisitos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, apareciam cerca de 215 bibliotecas, constando as de alguns municípios próximos, como Aguiar da Beira, Castro Daire, Mangualde, etc, sendo que na segunda listagem apareciam cerca de 302, ou seja, quase todos os municípios do país, incluindo o de Vila Nova de Paiva.

Da consulta da página da A.M.A. também me ficou a ideia que a vigência do contrato programa assinado para a construção da biblioteca termina com a respetiva inauguração. Agora preocupa-me um pouco esta nova reconfiguração daquele edifício, abandonando-se o projeto inicial de biblioteca pública, com outras valências que as de simples facultar de livros, e não sei se implicará o assumir por parte do Município de despesas de manutenção e limpeza do espaço, utilizado por serviços centrais do estado, e ainda encargos com a contratação de dois funcionários ou mediadores de conflitos para o Espaço do Cidadão, o qual terá associado também um conjunto de organismos/serviços do estado. Quanto à instalação da Loja do Cidadão, que implica muito provavelmente a concentração dos Serviços de Finanças, Registo

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

de Notariado e Segurança Social, os quais pagam renda aos proprietários das instalações onde agora estão e desconheço se irão pagar renda pelo novo espaço, não sei se, com a instalação daqueles serviços, o edifício terá capacidade para ser considerado uma Biblioteca.

Por último (partindo não do Orçamento em discussão, mas da decisão registada numa das atas que nos foram enviadas das reuniões de Câmara, e reconhecendo que, se algumas receitas municipais diminuíram, houve outras que aumentaram, como as provenientes do IMI e das Eólicas) quero apresentar o meu lamento pessoal, o qual como tal só me compromete a mim, que o Executivo tenha mais uma vez optado por manter/arrecadar os 5% de participação variável no IRS pago pelos munícipes contribuintes, quando poderia aliviar ainda que ligeiramente a carga fiscal que pende sobre os mesmos, dando assim um sinal positivo a todos os contribuintes, em especial àqueles que trabalham em outras terras e mantêm aqui o domicílio fiscal, ou seja, pagam aqui os impostos e no final do ano poderiam receber uma pequena parte que lhes daria para, por exemplo, irem jantar a um restaurante do Município.”

----- O Sr. Amândio Salvador, referiu não perceber o porquê de no Plano para 2017 constar a obra da rotunda da Cerdeira quando a mesma já está consignada, pretende saber se, se refere aos melhoramentos entre o cruzamento e a ponte da Cerdeira. -----

----- Referiu-se também à rubrica de transferências entre administrações e questionou se os 37 mil euros é o valor a transferir para a Junta de Freguesia do Touro em 2017 ou se haverá ali algum erro. -----

----- **Interrupção da Reunião** -----

----- Eram dezasseis horas e trinta e cinco minutos interrompeu a sessão por um período de vinte minutos. -----

----- De regresso à reunião eram dezassete horas e cinco minutos, e após verificação das presenças, o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Sr. membros da Assembleia que usaram da palavra.-----

O Sr. Presidente da Câmara começou por falar do orçamento participativo, referindo que esta figura é de facto uma figura muito interessante de participação cívica, e que poderá ser incluída numa revisão orçamental, uma rubrica com uma verba para o efeito, ainda que simbólica. Referiu no entanto que os Presidentes das juntas de freguesia que são os representantes das populações locais, têm sido sempre auscultados na fase de elaboração dos Orçamentos e GOP's .

Quanto ao cadastro, o Sr. Presidente informou que a CIM está a desenvolver um projeto a nível de cartografia que contempla toda a região de Viseu Dão Lafões.

Relativamente às observações feitas pelo Sr. José Manuel Rodrigues, verifica-se efetivamente que este orçamento não é muito diferente dos de 2015 e 2016, devido às expectativas que havia, de que os avisos de candidaturas a fundos comunitários estivessem abertos. Como não estiveram, foi necessário repetir e prever os projetos neste orçamento, embora agora com números mais precisos, porque aqueles projetos são para executar estando já candidatados e alguns deles contratualizados.

Informou que o desvio entre a receita de capital e a despesa de capital se deve ao facto de se estarem a aproveitar todas as oportunidades, porque a Câmara ainda tem em overbooking três projetos que até ao final do ano ainda poderão ser financiados.

Quanto à aquisição de imóveis de interesse público/ municipal, O Sr. Presidente informou que no âmbito do PARU, o projeto que está a ser elaborado contempla não só a remodelação do largo da feira como a casa das Caldeirinhas, que é uma compra à muito desejada. Está em negociações e julga ser possível adquirir aquele imóvel com pagamentos faseado. Informou ainda que no PARU estão previstas três ações no montante global de um milhão e duzentos mil euros.

Relativamente à questão da loja do cidadão, do espaço do cidadão, e do edifício da biblioteca municipal, informou que a CIM é também semi-piloto do Programa Aproximar. Este programa tinha várias valências das quais a localização das lojas do cidadão e espaço do cidadão, sendo este último um local onde o cidadão pode aceder digitalmente a todos os serviços da Administração Central, em computadores instalados para o efeito. A loja do cidadão é diferente, é um espaço físico onde se concentram os vários serviços.

Referiu ainda o edifício da biblioteca se for só e apenas para biblioteca é insustentável, no entanto se, se conseguir instalar outros serviços além de ser sustentável evita-se a perda de serviços da administração central e empresarial (EDP, serviços de telecomunicações e outros).

Quanto ao Parque Urbano de Vila Nova de Paiva, o Sr. Presidente referiu que é necessário apetrecha-lo, e promove-lo para que possa atrair mais pessoas.

Quanto à questão do investimento de particulares, o Sr. Presidente informou que está a ser elaborada a ampliação do loteamento industrial de Vila Nova de Paiva, estando já a ser negociados os terrenos necessários. Disse que existe já a possibilidade de disponibilização de oito lotes, o município não pode deixar que as pessoas que querem investir, não façam por falta de espaço.

Relativamente ao projeto de Ciência Viva, o Sr. Presidente informou que aquele projeto é um dos que está contratualizado e financiado através da CIM.

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

Referindo-se á hasta publica para venda de imóveis (escolas primárias e casas dos professores) o Sr. Presidente informou que o dinheiro da venda daqueles imóveis será investido nas respetivas freguesias. -----

----- Para terminar o Sr. Presidente, disse que como todos podem verificar os documentos de gestão em análise são realistas, participados pelos eleitos Srs. Presidentes das juntas de freguesia, e por isso apela ao voto favorável de todos.-----

----- Findas as intervenções e esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da mesa da Assembleia colocou à votação a proposta da Câmara Municipal e as GOP e Orçamento para 2017.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com cinco abstenções dos membros Srs. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, rosa Cristina Alves Pinto, Paula Cristina Sá Nascimento e Rosa Maria Santos, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017, bem como, o demais proposto pela Câmara Municipal e acima transcrito. -----

----- **g) Mapa do Pessoal do Município para o ano de 2017**, aprovado em reunião extraordinária do dia 28 de outubro de 2016 – Apreciação e votação.-----

----- Foi presente à reunião a proposta aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 28 de outubro do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. De acordo com os n.ºs 1 e 2 do art.º 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante LTFP) aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 37-A/2014, de 19 de agosto, e alterada pelas Leis n.ºs 82-B/2014, de 31 de dezembro, 84/2015, de 7 de agosto, e 18/2016, de 20 de junho, a LTFP é aplicável à administração direta e indireta do Estado e, com as necessárias adaptações, designadamente no que respeita às competências em matéria administrativa dos correspondentes órgãos de governo próprio, aos serviços da administração regional e da administração autárquica.

2. De realçar que de acordo com o n.º 2 do art.º 44.º do diploma preambular da LTFP, o novo regime não prejudica a vigência de normas da lei do orçamento do Estado em vigor.

3. Os municípios dispõem de mapas de pessoal anuais, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução (n.º 1 do art.º 29.º da LTFP), devendo o mapa de pessoal conter a indicação do número de postos de trabalho de que o município carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, e com a caracterização prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

4. Como resulta da aplicação conjugada do n.º 4 do art.º 29.º da LTFP, com a alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro, o mapa de pessoal é aprovado pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, juntamente com a proposta de orçamento municipal.

5. Para efeitos da orçamentação e gestão das despesas com o pessoal para o ano de 2017, compete à câmara municipal, ainda nos termos do disposto no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, cotejado com o art.º 31.º, n.º 1, da LTFP, prever as verbas destinadas a suportar os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções, bem como decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos, se legalmente admissíveis:

a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado e, ou;

b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, se legalmente

c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores da Câmara Municipal.

6. O Mapa de Pessoal proposto em anexo está desdobrado em função das unidades orgânicas e demais serviços previstos na estrutura orgânica flexível em vigor aprovada pela Deliberação n.º 74/2013 publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 8, de 11 de Janeiro de 2013, na sequência da adequação da estrutura orgânica às regras e critérios previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, conjugada com as disposições do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

7. No quadro seguinte apresenta-se a evolução do número de trabalhadores ao serviço do Município desde 1 de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2015, bem como a sua previsão para 31 de dezembro de 2016:

	Número de trabalhadores	31.12. 2008	31.12. 2009	31.12. 2010	31.12. 2011	31.12. 2012	31.12. 2013	31.12. 2014	31.12. 2015	31.12. 2016
(1)	Trabalhadores transitados em 01.01.2009 do regime de nomeação definitiva para o regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo	82	81	79	76	75	73	71	68	67

	<i>indeterminado</i>									
(2)	<i>.Trabalhadores contratados por tempo indeterminado após 01.01.2009</i>	0	0	43	46	47	48	48	46	45
(3)	<i>Trabalhadores em regime de trabalho por tempo indeterminado = (1) + (2)</i>	82	81	112	122	122	121	119	114	112
(4)	<i>Contratados a termo resolutivo certo</i>	61	56	20	1	9	0	0	0	0
(5)	<i>Contratados a termo resolutivo incerto</i>	0	0	0	5	5	5	5	5	5
(6)	<i>Total de trabalhadores = (3) + (4) + (5)</i>	143	137	132	128	136	126	124	119	117

8. O quadro do número anterior foi reduzido dos seguintes três trabalhadores, pelas razões que a seguir se indicam:

– Margarida Sofia de Matos Dias, detentora de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitada em 1 de janeiro de 2009 da nomeação definitiva), integrada na carreira geral de técnico superior, com a categoria de técnica superior (área de psicologia) – Por n/ Despacho de 17 de agosto de 2015, a solicitação do Município da Lousã e interesse manifestado pela trabalhadora, autorizada a passagem da trabalhadora à situação de mobilidade na categoria naquele município, por um período de dezoito meses, com efeitos desde 14 de setembro de 2015, ao abrigo do n.º 2 do art.º 93.º, e n.º 1 do art.º 97.º, da LTFP;

– Renato Filipe Martinho Andrade, detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado desde 26 de novembro de 2010, com posterior contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado 29 de novembro de 2013, com efeitos desde 1 de dezembro de 2013, com integração na carreira de especialista de informática, com a categoria de especialista de informática (grau 1, nível 1), por falecimento em 9 de junho de 2016;

– Domingos da Silva Fonseca, detentor de vínculo de emprego público titulado por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (transitado em 1 de janeiro de 2009 da nomeação definitiva), integrado na carreira geral de assistente operacional, com a categoria de assistente operacional (área de cantoneiro de limpeza), que cessou funções, por aposentação, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016.

9. Como se constata no quadro supra do n.º 7, prevê-se que em 31 de Dezembro de 2016 o Município de Vila Nova de Paiva contará com o total de 117 (cento e dezassete) trabalhadores ao serviço com vínculo de emprego público, sendo:

– 112 (cento e doze) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, dos quais 67 (sessenta e sete) transitaram em 1 de janeiro de 2009 do regime de nomeação definitiva, e 45 (quarenta e cinco) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado contratados após 1 de Janeiro de 2009, ao abrigo do então Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) aprovado em anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro; e

– 5 (cinco) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (assistentes operacionais da área de sapadores florestais).

10. Não há pessoal com vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo.

Não há atualmente qualquer procedimento concursal em curso.

11. O Mapa de Pessoal anexo, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, com a proposta de Orçamento Municipal, reflete as necessidades de pessoal para as atividades a desenvolver a partir do exercício de 2017, sendo previstos:

– na DAF mais quatro postos de trabalho na categoria de técnico superior (dois na área de contabilidade/gestão, um na área de recursos humanos e um na área de direito) e mais um assistente técnico, todos por tempo indeterminado, e um posto de trabalho na categoria de técnico superior da área de informática a termo resolutivo certo, sendo extinto o posto de trabalho com a categoria de especialista de informática;

– na DTOU mais um posto de trabalho de Chefe da Divisão em regime de comissão de serviço, e mais dois postos de trabalho na categoria de técnico superior, um na área de engenharia topográfica e outro na área de contabilidade/gestão, e um encarregado operacional e três assistentes operacionais, todos por tempo indeterminado;

– na USC mais um posto de trabalho na categoria de técnico superior da área de turismo e um na categoria de assistente técnico, todos por tempo indeterminado, e quatro postos de trabalho a termo resolutivo certo na categoria de técnico superior da área de desporto/educação física e dois técnicos superiores da área de inglês, todos a termo resolutivo certo, para funcionamento das atividades das Piscinas Municipais e Pavilhão Desportivo e Atividades de Animação e de Apoio à Famílias (AAAF) no

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

âmbito da Educação Pré-Escolar e apoio nas Componentes de Apoio à Família (CAF) no âmbito do 1.º CEB.

Assim, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere aprovar, juntamente com a Proposta de Orçamento Municipal para 2017, o Mapa de Pessoal anexo para vigorar no ano de 2017, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com o n.º 4 do art.º 29.º da LTFP e alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação detalhada da proposta do Mapa de Pessoal para 2017.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra os membros:

----- O Sr. Fernando Félix, fez a seguinte apreciação acerca do mapa de pessoal: -----
“Relativamente ao Mapa de Pessoal em discussão e após a exposição efetuada pelo Sr. Presidente da Câmara permitam-me que apenas questione a razão subjacente para que dos quatro técnicos superiores a admitir para a DAF, 2 (dois) na área de contabilidade/gestão e 1 (um) na área de recursos humanos sejam a vincular por tempo indeterminado, quando 1 (um) na área de informática, isto é na área em que todos aqui fácil e lamentavelmente identificam a necessidade, seja a vincular a termo resolutivo certo.”

----- O Sr. António Coelho referiu o seguinte: -----

“Aproveito para dar os parabéns ao município pela distinção dada pelo Turismo Centro de Portugal e pela Quercus ao Parque Botânico Arbutus de Demo.

Trago este assunto neste ponto da ordem do dia devido à situação do parque ao fim de semana, uma vez o que o mesmo não está aberto ao público devido à falta de pessoal.

O parque é visitado durante a semana por turmas escolares, os alunos ao divulgarem aos pais o espaço leva estes a visitá-lo ao fim de semana encontrando o portão fechado. Para quando a resolução do problema?”

----- O Sr. Presidente da Câmara, informou que no período de abril a outubro, o Parque Botânico está aberto todos os dias da semana.-----

----- Findas as intervenções, o Sr. Presidente colocou o Mapa de pessoal para 2017 a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com cinco abstenções dos membros Srs. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Rosa Cristina Alves Pinto, Paula Cristina Sá Nascimento e Rosa Maria Santos, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2017. -----

----- **h) Delegação de competências na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL) relacionadas com o sistema de mobilidade e o serviço público de transporte de passageiros, mediante contrato interadministrativo** – Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 18 de novembro de 2016 – Apreciação e votação. -----

----- Foi presente à reunião a proposta aprovada em reunião ordinária do dia 18 de novembro de 2016, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

1. Com a publicação do Regulamento (CE) n.º 1.370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, entrado em vigor em 3 de Dezembro de 2009 e diretamente aplicável a todos os Estados-Membros da União Europeia, foi estabelecido um novo regime comunitário no âmbito do transporte rodoviário e ferroviário de passageiros, que tem por objetivo definir o modo como, no respeito das regras do direito comunitário, as autoridades competentes podem intervir no domínio do transporte público de passageiros para assegurar a prestação de serviços de interesse geral, e define ainda as condições em que as autoridades competentes, ao imporem obrigações de serviço público ou ao celebrarem contratos relativos a obrigações de serviço público, compensam os operadores de serviços públicos pelos custos incorridos e/ou concedem direitos exclusivos em contrapartida da execução de obrigações de serviço público.

2. Aquele Regulamento permite a continuação da exploração dos serviços de transporte existentes durante um período transitório que termina em 3 de Dezembro de 2019, conforme n.º 2 do seu artigo 8.º, período este em que as autoridades de transportes se devem adaptar às disposições daquele Regulamento, e em que todos os transportes terrestres da União Europeia têm de ser submetidos a procedimento concursal ou devidamente enquadrados em contratos de serviço público.

3. Para adaptação das diretrizes europeias estabelecidas no referido regulamento comunitário ao direito interno português, é publicado o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (doravante RJSPTP), aprovado em Anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, alterada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

março, entrado em vigor em 8 de agosto de 2015, que revoga, entre outros, o Regulamento de Transportes em Automóveis (RTA) aprovado pelo Decreto n.º 37.272, de 31 de dezembro de 1948, cuja regulamentação deveria ser publicada no prazo de 90 dias a contar da data da sua publicação (artigo 15.º do diploma preambular), tendo sido publicado até à data o Decreto-Lei n.º 60/2016, de 8 de setembro, em vigor desde 9 de setembro, que estabelece as regras específicas aplicáveis à prestação de serviço público de transporte de passageiros flexível (TPF).

4. O RJSPTP estabelece o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação, e aplica-se às autoridades de transportes e aos operadores de serviço público que se dedicam à exploração do serviço público de transporte de passageiros nos modos de transporte referidos.

5. Como sintetiza o “Guião para o período transitório do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e Linhas Orientadoras”, publicado em 5 de janeiro de 2016 pelo IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., principal entidade envolvida na implementação do RJSPTP, e disponível no seu portal da internet (www.imtt.pt), o RJSPTP:

i) Aplica-se a serviços de âmbito local, urbano, suburbano, municipal, intermunicipal e inter-regional aos modos de transportes ferroviários, rodoviários e fluviais;

ii) Define quem são e como atuam as autoridades competentes na organização do setor dos transportes terrestres (e fluviais integrados em sistemas de transportes terrestres);

iii) Estabelece a regra geral de realização de procedimentos concursais para escolha do operador de transportes, o que vem introduzir um regime de concorrência regulada no setor dos transportes;

iv) Define as condições em que as autoridades competentes podem impor obrigações de serviço público no âmbito de um contrato de serviço público ou de regras gerais.

6. Mais dispõe o Guião do IMT que o referido período transitório estabelecido até 3 de dezembro de 2019, inicia-se com a organização das novas autoridades de transportes e com o cumprimento de obrigações imediatas de estruturação institucional e de articulação das autoridades entre si, bem como com a

implementação de novas regras de relacionamento entre autoridades e operadores de transportes.

7. De acordo com as alíneas b), f), i) e j) do artigo 3.º do RJSPTP, entende-se por:

– “Autoridade de transportes”, qualquer autoridade pública com atribuições e competências em matéria de organização, exploração, atribuição, investimento, financiamento e fiscalização do serviço público de transporte de passageiros, bem como de determinação de obrigações de serviço público e de tarifários numa determinada zona geográfica de nível local, regional ou nacional, ou qualquer entidade pública por aquela investida dessas atribuições e competências;

– “Operador de serviço público”, qualquer empresa ou agrupamento de empresas, públicas ou privadas, ou qualquer entidade pública que prestem determinado serviço público de transporte de passageiros;

– «Contrato de serviço público», um ou vários atos juridicamente vinculativos que estabelecem o acordo entre uma autoridade de transportes competente e um operador de serviço público, para atribuir a este último a gestão e a exploração de determinado serviço público de transporte de passageiros sujeito a obrigações de serviço público;

– “Obrigação de serviço público”, a imposição definida ou determinada por uma autoridade de transportes, com vista a assegurar determinado serviço público de transporte de passageiros de interesse geral que um operador, caso considerasse o seu próprio interesse comercial, não assumiria, ou não assumiria na mesma medida ou nas mesmas condições, sem contrapartidas.

*8. De acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do RJSPTP, constituem **atribuições** das autoridades de transportes, a definição dos objetivos estratégicos do sistema de mobilidade, o planeamento, a organização, a operação, a atribuição, a fiscalização, o investimento, o financiamento, a divulgação e o desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados.*

*9. Para a prossecução daquelas atribuições, as autoridades de transportes têm as seguintes **competências** (n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP):*

9.1. A nível do planeamento das infraestruturas, redes e de serviços:

a) Planeamento, organização, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos equipamentos e infraestruturas a ele dedicados;

Ata N.º 05/2016	
Livro N.º	Folha N.º
6	

b) Exploração através de meios próprios e ou da atribuição a operadores de serviço público, por meio da celebração de contratos de serviço público ou mera autorização, do serviço público de transporte de passageiros;

c) Investimento nas redes, equipamentos e infraestruturas dedicados ao serviço público de transporte de passageiros, sem prejuízo do investimento a realizar pelos operadores de serviço público;

d) Financiamento do serviço público de transporte de passageiros, bem como das redes, equipamentos e infraestruturas a este dedicados (nomeadamente através da afetação do produto das receitas definidas no artigo 11.º do RJSPTP);

e) Recebimento de contrapartidas pelo direito de exploração de serviço público de transporte de passageiros;

f) Gestão dos contratos e das obrigações de serviço público;

g) Determinação e financiamento das obrigações de serviço público.

9.2. A nível da gestão e monitorização:

a) Gestão (determinação e aprovação) dos regimes tarifários a vigorar, e das compensações por bonificações sociais determinadas pela autoridade de transportes;

b) Fiscalização e monitorização da exploração do serviço público de transporte de passageiros.

9.3. A nível da informação e divulgação:

a) Recolha e tratamento de dados (realização de inquéritos à mobilidade no âmbito da respetiva área geográfica, inquéritos de opinião, etc.) e promoção da adoção de instrumentos de planeamento de transportes na respetiva área geográfica;

b) Divulgação do serviço público de transporte de passageiros.

*10. Sem prejuízo das atribuições cometidas ao Estado enquanto autoridade de transportes a nível nacional, estabelece o artigo 6.º do RJSPTP que os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, podendo associar-se com vista à prossecução conjunta de parte ou da totalidade das respetivas competências em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais ou **delegar**, designadamente em comunidades intermunicipais ou nas áreas metropolitanas, as respetivas competências, nos termos do disposto no artigo 10.º do mesmo regime.*

11. Ora a delegação, total ou parcial, de competências municipais nas comunidades intermunicipais concretiza-se através de contratos interadministrativos celebrados nos termos previstos no regime jurídico das autarquias locais aprovado no Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as devidas adaptações, devendo aqueles contratos estabelecer, no mínimo, a delegação de competências e

responsabilidades associadas à gestão do sistema de transportes, e a forma de associação e de desvinculação do município enquanto autoridade de transportes face ao contrato em causa e responsabilidades inerentes, sendo certo que a associação ou desvinculação não pode afetar a exequibilidade dos contratos de serviço público previamente celebrados ou que estejam em vigor (n.ºs 1, 4, 6 e 7 do artigo 10.º do RJSPTP).

12. Previamente à sua entrada em vigor, os referidos contratos interadministrativos são remetidos ao IMT para verificação da sua conformidade com a lei e publicidade no seu sítio da internet (n.º 8 do artigo 10.º do RJSPTP).

13. O IMT recomenda no seu Guião, que na atual fase de transição, na generalidade e sem prejuízo de avaliação caso a caso, as competências dos municípios enquanto autoridades de transportes sejam assumidas pelas Comunidades Intermunicipais (CIM) e Autoridades Metropolitanas (AM), dado que o planeamento integrado das linhas de transporte numa lógica de rede pode trazer vantagens significativas a nível do serviço prestado, concentrando numa única entidade o modelo de planeamento e gestão das redes, potenciando as economias de escala dos contratos de serviço público a celebrar, além de que permite uma maior e melhor capacitação daquelas entidades intermunicipais para a gestão de um número mais significativo de linhas, sendo certo que os municípios continuam a poder ser consultados relativamente às alterações nos serviços de transporte que sirvam o seu território, podem manter a gestão de um conjunto de linhas, de interesse local e urbano, se assim o entenderem, e em qualquer momento podem recuperar as competências dos serviços que tenham delegado nas CIM ou AM, para além de que, de acordo com o n.º 2 do artigo 11.º do RJSPTP, continua a ser da competência dos municípios a fixação das taxas previstas na alínea d) do n.º 1 do mesmo artigo 11.º, a cobrar aos operadores de serviço público de transporte de passageiros como contrapartida do exercício das funções de organização, supervisão, fiscalização e prestação de serviços relativos ao sistema de transportes públicos de passageiros, bem como destinadas à manutenção e desenvolvimento dos sistemas de transportes públicos de passageiros.

14. A concretização da delegação de competências dos municípios nas entidades intermunicipais (CIM e AM), em concreto em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros de âmbito municipal está prevista no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 10.º do RJSPTP e nos artigos 116.º a 130.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pela Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de Novembro, e 50-A/2013, de 11 de Novembro, e alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30

Ata N.º 05/2016	
Livro N.º	Folha N.º
6	

de março, e 69/2015, de 16 de julho, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais e o regime jurídico da transferência de competências e o regime do associativismo autárquico.

15. De acordo com o Anexo I à referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e a comunidade intermunicipal (CIM) pressupõe a prévia autorização quer da assembleia municipal (alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º), sob proposta da câmara municipal (alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º), quer do conselho intermunicipal (alínea l), do n.º 1, do artigo 90.º), sob proposta do secretariado executivo intermunicipal (alínea w), do n.º 1, do artigo 96.º), neles devendo ser previstos os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências delegadas, e a referência às respetivas fontes de financiamento e aos seus modos de afetação (n.ºs 1 e 2 do artigo 115.º, por remissão do n.º 1 do artigo 122.º), devendo estar previamente demonstrado que de tal delegação de competências não se verifique, nomeadamente, o aumento da despesa pública global (n.º 2 do artigo 122.º).

16. Ciente das circunstâncias criadas pelo RJSPTP, e atento às recomendações do IMT, o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL), em que se integra o Município de Vila Nova de Paiva, aprovou, um projeto de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, anexo à presente proposta, no qual, na parte introdutória, procede a uma análise e demonstração dos requisitos necessários para uma gestão em rede intermunicipal dos transportes públicos, e anexa a Minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências.

17. Na referida documentação anexa constata-se o seguinte:

a) A CIMVDL, reconhecendo a impossibilidade de realizar uma análise mais aprofundada do impacto económico-financeiro que comprove uma eficiente gestão dos recursos públicos, sem ações deficitárias, introduz no contrato interadministrativo, através da cláusula 9.ª, uma cláusula de salvaguarda do não aumento da despesa pública global, remetendo para contratação específica, no quadro legal em vigor, qualquer ação solicitada ou promovida por uma das partes que represente ou possa representar aumento de despesa pública global.

b) Em relação à determinação e financiamento das obrigações de serviço público, a cláusula 7.ª do contrato administrativo prevê a delegação na CIMVDL da competência para determinar e impor obrigações de serviço público aos operadores de serviços públicos de transporte de passageiros, ficando tal imposição condicionada

à celebração de acordo escrito entre o Município e a CIMVDL, o qual incidirá sobre a modalidade de imposição, em concreto, bem como sobre o modelo de financiamento devido pelas compensações por obrigação de serviço público a que se refere o artigo 24.º do RJSPTP, o qual se subsume também a um acordo escrito a celebrar entre as partes como preveem os n.ºs 2 e 3 da cláusula 11.ª do contrato interadministrativo, mediante prévio estudo de impacto financeiro sobre a matéria a elaborar pela CIMVDL.

c) No que concerne ao investimento em redes, equipamentos e infraestruturas, tal matéria fica dependente, de acordo com a cláusula 10.ª, de acordos entre as partes sobre os eventuais investimentos conjuntos a efetuar naquelas áreas, ficando previsto que as partes podem apresentar candidaturas a programas nacionais e comunitários.

d) Em relação aos recursos humanos, materiais e tecnológicos, não decorre do contrato interadministrativo qualquer afetação de recurso dos municípios na CIMVDL, assumindo esta a sua capacitação para o desempenho das funções de autoridade intermunicipal de transportes, mediante a criação de equipas técnicas integradas por trabalhadores já integrados no respetivo mapa de pessoal ou a contratar oportunamente nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

e) Por último, são identificadas e elencadas algumas das vantagens da delegação de competências para a gestão intermunicipal do sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, criando um modelo partilhado entre a CIMVDL e os 14 Municípios que a compõem, possibilitando ganhos de eficácia – ao nível do desenho das redes e promoção da intermodalidade – e de eficiência – ao otimizar, ao mesmo tempo, o cálculo do custo, tendo em consideração as necessidades de mobilidade e os recursos disponíveis, e permitindo uma implementação do RJSPTP na área geográfica da CIMVDL de forma coordenada, concertada e coerente.

f) Quanto ao período de vigência do contrato, a cláusula 26.ª estipula que este coincide com a duração do mandato da assembleia municipal, considerando-se renovado após a instalação deste órgão deliberativo, salvo se denunciado no prazo de seis meses após a referida instalação, de acordo com o disposto no artigo 129.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem:

a) A contratualização de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e o serviço de transporte de passageiros proposta pela

Ata N.º	05/2016
Livro N.º	Folha N.º
6	

CIMVDL, respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, entre outros, a prossecução do interesse público.

b) A concretização da referida delegação de competências enquadra-se nos objetivos preconizados no artigo 118.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, visto promover a coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.

c) Para o efeito, em conformidade como o n.º 2 do artigo 6.º e artigo 10.º do RJSPTP, sejam delegadas na CIMVDL as competências do Município de Vila Nova de Paiva, enquanto autoridade de transportes, definidas nomeadamente no n.º 2 do artigo 4.º do RJSPTP.

d) Seja aprovada a Minuta do Contrato Interadministrativo anexo proposto pela CIMVDL, para a concretização da referida delegação de competências.

e) A presente deliberação deverá ser submetida à aprovação e autorização da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013.”

----- O Sr. Presidente da Câmara prestou vários esclarecimentos acerca da proposta apresentada. -----

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveram-se e usaram da palavra seguintes membros:-----

----- O Sr. Ilídio Silva Ferreira alertou para o horário do transporte escolar das crianças de Pendilhe que, são as primeiras a sair de casa e as ultimas a chegar.-----

----- O Sr. Fernando Félix no uso da palavra, colocou a seguinte questão: “*Relativamente a este contrato interadministrativo/global para os transportes da região apenas questiono se o mesmo englobará os transportes escolares do município e se contemplará alguma valência parecida com a medida “Portugal porta-a-porta” prevista no programa “Aproximar” lançado pelo anterior Governo.*”

----- O Sr. Presidente referiu que o plano de mobilidade territorial permitirá um fluxo dos trabalhadores, dos estudantes, etc., que poderão deslocar-se com facilidade em transporte público regular.-----

----- Findas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia, colocou a proposta a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe. -----

----- **i) Alteração do Anexo I ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão celebrado com a EDP Distribuição – Energia,**

S.A. – Apreciação e aprovação da proposta de alteração do Anexo I aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião extraordinária de 28 de outubro de 2016.-----

----- Foi presente à reunião a proposta aprovada em reunião extraordinária do dia 28 de outubro de 2016, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) Em 17 de julho de 2001 foi celebrado entre o Município de Vila Nova de Paiva e a EDP Distribuição – Energia, S.A. a renovação do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município, com validade de vinte anos a contar daquela data, cujo clausulado foi aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada no dia 12 de julho de 2001;

b) No Anexo I àquele contrato de concessão consta a definição dos tipos de “correntes” de focos luminosos a utilizar no Município;

c) Entretanto a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a EDP Distribuição – Energia, S.A. celebraram um Protocolo em 13 de setembro de 2016, cuja cópia se anexa remetida com a Circular n.º 74-PB/2016, de 13 de setembro de 2016, que tem por objeto os equipamentos de iluminação a instalar nas redes de iluminação pública, procedendo assim à revisão do referido Anexo I constante do contrato tipo de concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão aprovado pela Portaria n.º 454/2001, de 5 de maio, em conformidade com o qual foi celebrado por este Município a renovação do contrato de concessão.

d) Nos termos protocolados, sendo a EDP Distribuição responsável pelo estabelecimento e, em regra, pela conservação das redes de iluminação pública dos municípios, e tendo presente a evolução tecnológica e de mercado verificada nos aparelhos de iluminação e respetivos suportes e, nomeadamente, o grau de maturidade atingido pelas luminárias com tecnologia LED, a ANMP e a EDP Distribuição acordaram a revisão dos equipamentos utilizados na iluminação pública desde 2001, passando o LED a material de tipo corrente.

e) As luminárias LED agora introduzidas no Anexo I dos contratos de concessão passarão a ser utilizadas nas situações de estabelecimento de novas redes de iluminação pública, substituição de luminárias com lâmpadas de vapor de mercúrio decorrente da remodelação de redes de IP, e substituição de luminárias obsoletas ou em más condições de conservação, sendo de salientar ainda que foi qualificado como material de tipo corrente algumas luminárias LED destinadas a núcleos antigos delimitados.

Ata N.º 05/2016	
Livro N.º	Folha N.º
6	

f) Pretende-se, assim, propiciar a instalação progressiva de equipamentos modernos nas redes de iluminação pública, mais adequados às exigências da eficiência energética e da economia de custos.

g) Aquela acordo firmado entre a ANMP e a EDP Distribuição será aplicável logo que cada município acorde com a concessionária a alteração do Anexo I do contrato de concessão atualmente em vigor.

h) Tendo presente que tal Anexo I é parte integrante do contrato de concessão celebrado em 17 de julho de 2001 entre o Município e a EDP, a sua revisão constitui uma alteração ao contrato de concessão, razão pela qual deve ser objeto de deliberação dos órgãos municipais nos termos do disposto na alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual dispõe que compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, “autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais”.

Assim, face ao exposto, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a Minuta do Protocolo que se anexa, a celebrar entre o Município e a EDP Distribuição – Energia, S.A., que tem em apenso o novo Anexo I ao contrato de concessão celebrado em 17 de julho de 2001, com a definição dos tipos de “correntes” de níveis de iluminação, luminárias, lâmpadas, apoios e braços a utilizar na iluminação pública do Município, a submeter à apreciação e autorização da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva ao abrigo da alínea p), do n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

----- O Sr. Presidente prestou alguns esclarecimentos sobre a proposta apresentada.---

----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveu-se e usou da palavra o Sr. Fernando Félix, tendo dito o seguinte: -----

“Relativamente a esta alteração permitam que comece por esclarecer uma dúvida que me ocorreu com a leitura da documentação enviada sobre este assunto, ou seja, quem paga efetivamente a manutenção/renovação e ampliação da rede de iluminação pública municipal.

Depois do esclarecimento digo também que, pelos vistos, a iluminação LED permite mais eficiência energética, uma vez que consome menos energia e exige menos manutenção, mas segundo alguns estudos, especialmente da Associação Médica dos EUA, o uso incorreto da mesma pode ser prejudicial à saúde. O texto do protocolo assinado entre a ANMP e a EDP refere limites de iluminação em “zonas especialmente sensíveis à poluição luminosa”, realçando eu aqui a necessidade de se

controlar toda a sua utilização porquanto alguns estudos recentes evidenciam a possibilidade desta iluminação causar desconforto e prejudicar o ritmo circadiano/biológico dos humanos e outros seres vivos.”

----- O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que os encargos com a substituição de lumínarias e aparelhos de iluminação são suportados pela EDP. Na remodelação a despesa é suportado 50% pela Câmara e 50% pela EDP. No caso de ampliação de rede é a Câmara que suporta a despesa.-----

----- Não tendo havido mais inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe e a minuta do protocolo -----

----- **j) Junta de Freguesia de Pendilhe** – Por ofício n.º 20/2016, de 03 de novembro registado em 08 de novembro de 2016, solicitam apoio para a organização da Feira do Mel e Artesanato que decorreu durante o mês de agosto de 2016 – Proposta de atribuição de um subsídio no montante de dois mil euros, aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 18 de novembro de 2016 – Apreciação e votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de dois mil euros.- -----

----- **l) Informação sobre a atividade municipal** nos termos nomeadamente do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 09 de setembro e 28 novembro de 2016; -----

----- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- Conhecimentos dos processos judiciais existentes na autarquia.-----

----- O Sr. José Manuel Correia Alves, usou da palavra para referir o seguinte: -----

“Relativamente à situação em que se encontra o Parque Infantil de Vila Nova de Paiva, alerta para a necessidade de se garantir maior nível de segurança e necessidade de uma vistoria técnica que identifique todas as deficiências e as retifique de forma definitiva; nomeadamente a questão de isolar devidamente o espaço do parque bem como proceder ao tratamento da madeira existente nos diversos aparelhos de diversão e cercas, de forma a evitar lesões nas crianças que os utilizem.”

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não houve público presente na reunião.-----

Ata N.º 05/2016	
Livro N.º	Folha N.º
6	